



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

Comissão de Economia, Inovação,  
Obras Públicas e Habitação  
N.º Único: 671933  
N.º de Entrada: 109  
Data: 03/02/2021

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de  
Economia, Inovação, Obras Públicas e  
Habitação

Deputado António Topa

São Bento, 2 de março de 2021.

**Assunto:** *Audição, com caráter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, a propósito da componente da habitação no Plano de Recuperação e Resiliência.*

Neste momento, em que o país precisa de estar em casa, compreendemos o problema que a crise habitacional representa na prevenção dos riscos sociais, em particular a saúde. Para resistir à crise é preciso garantir o acesso à habitação condigna.

Para isso, verificamos que os compromissos firmados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) requerem um debate mais aprofundado sobre a componente da habitação, assente em grande medida no programa intitulado Nova Geração de Políticas de Habitação de 2017 e ainda mais no Programa Primeiro Direito com um levantamento já ultrapassado.

Em suma, o PRR promete investir em habitação cerca de 1 633 milhões de euros a fundo perdido e 1 149 milhões de euros através de empréstimos. Na componente de empréstimos, são alocados 774 milhões para a construção de um parque público de habitação a custos acessíveis e 375 milhões para o alojamento estudantil a custos acessíveis. Sobre esta opção do Governo, preocupa-nos que se esteja a perder uma oportunidade de efetivamente corrigir os problemas estruturais de habitação para estudantes e para a população de um modo geral, incentivando mais uma vez ao endividamento das autarquias e das universidades.

Sobre os investimentos a fundo perdido, fica por esclarecer como irá o Governo ultrapassar uma necessidade que se prevê já bastante superior ao que foi aferido em 2017 e como garantirá que todas as autarquias terão acesso a apoio a fundo perdido, mesmo quando ainda não tenham, a esta data, finalizado as candidaturas. É ainda essencial compreender a calendarização, as condições de financiamento e modelos de acesso e distribuição geográfica, para este Programa e para a Bolsa de Alojamento Urgente.

Por fim, para além de um programa de investimentos, não será possível alterar substancialmente a pressão da especulação imobiliária se não houver vontade para regulamentação das leis aprovadas na Assembleia da República, como a que tipifica o crime de Assédio Imobiliário ou a que cria o Observatório da Habitação. Mas também a regulamentação da lei de bases da habitação com a consequente necessidade de um corpo mais denso e territorialmente presente do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. É ainda essencial uma maior regulação, já que se o preço da construção por m2 se mantiver, impulsionado por legislação que fomenta a especulação imobiliária e os edifícios e solos expectantes, a construção de um parque público de habitação vai ser muito mais caro e este valor será diminuto para corresponder com as efetivas necessidades. Neste sentido, seria também essencial acabar com regimes de privilégio e de corrupção ao dispor de uma elite internacional que subjuga um país pobre, como os “vistos gold” ou o regime de residentes não habituais, mas também as SIGI ou o regime que beneficia os fundos de investimento imobiliário ou ainda fundos abutres.

Importa ainda notar que nos últimos anos assistiu-se à crescente turistificação dos centros urbanos potenciado pela desregulamentação das leis de arrendamento e por incentivos fiscais ao investimento imobiliário, dando origem a preços especulativos na compra de habitação e a quebras no parque habitacional disponível para arrendamento de longa duração, mas principalmente à deslocação de uma larga camada da população dos centros históricos para periferias. Esse modelo escolhido, em certas situações visto como inconstitucional, inscreve-se nas políticas de habitação voltadas para a gentrificação e afirmadas pelo Governo PSD/CDS que o atual Governo não reverteu. O resultado está à vista, Portugal, como outros países dependentes do turismo, teve menor capacidade de sustentar a economia no momento da explosão da pandemia, as cidades estão neste momento vazias e a maior parte dos serviços turísticos não tem uma previsão de retoma.

Assim, é essencial uma discussão aturada sobre o PRR, mas também sobre outras matérias que o deverão acompanhar para que não se despeje apenas orçamento no setor da construção ou ainda da banca e se promova uma regulação condizente dos setores que influem no direito à habitação, sob pena de este vir a ser uma oportunidade perdida.

*Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com carácter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito da componente da habitação no Plano de Recuperação e Resiliência.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Maria Manuel Rola

Isabel Pires

Isabel Pires